

# Escola pode pedir aumento

*Governo congela mensalidade mas abre exceções*

**B**RASÍLIA — As mensalidades das escolares particulares de todo o país continuam congeladas. O Congresso Nacional aprovou ontem a noite a Medida Provisória 183, que vincula os reajustes das mensalidades aos índices de prefixação de preços e salários, que, segundo portaria da ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, não serão aumentados. No entanto, as escolas dos municípios do Rio de Janeiro e Volta Redonda (RJ) e dos estados do Maranhão e Pernambuco, nos quais os professores têm data-base de reajuste salarial depois de 15 de março, poderão vir a reivindicar, em caráter excepcional, um aumento nas mensalidades.

A possibilidade de as escolas reajustarem seus preços segundo o percentual de aumento salarial concedido aos professores já estava prevista na medida provisória que o governo havia preparado em substituição à 183, cujo prazo de apreciação pelo Congresso Nacional terminava hoje. Como a medida foi aprovada, o ministro da Educação, Carlos Chiarelli,

Wilson Pedrosa — 31/10/88



*Ministro Carlos Chiarelli*

li, disse ontem que o governo vai autorizar o repasse dos aumentos apenas para as escolas do Rio e de Volta Redonda e do Maranhão e Pernambuco, através de uma portaria da ministra da Economia ou por um decreto presidencial, nos próximos dias.

O ministro da Educação explicou ontem, que para conseguir o aumento, as escolas devem comprovar que já pagaram aos professores salários reajustados por força de dissídio coletivo após o dia 15 de março, quando foi decretado o plano econômico. Segundo Chiarelli, os pais de alunos, através de suas associações, e os donos de escolas poderão recorrer aos ministérios da Economia e da Educação, caso não concordem com o índice de reajuste aprovado pelos Conselhos Estaduais de Educação. “Os dois ministros arbitrarão o reajuste, quando o julgarem incontestável”, disse Chiarelli, após despacho em que obteve do presidente Fernando Collor aprovação para a medida.

O ministro Carlos Chiarelli disse desconhecer que algumas escolas estejam pedindo doações aos pais de alunos, a título de ajuda de custos. Segundo o ministro, nem os pedidos, nem as doações podem ser impedidos. Informado de que, em alguns casos, os pais são coagidos a fazer a doação, ele comentou: “Doação por coação não é doação, é estupro. E, como tal, só existe se a vítima apresentar queixa.”